

A influência do pensamento autoritário da Ação Francesa no governo provisório de Vichy

Guilherme Ignácio Franco de Andrade^I

Rafael Reigada Botton^{II}

Resumo: O presente artigo aborda a influência do pensamento autoritário da Ação Francesa, no governo do Marechal Phillippe Pétain durante a II Guerra Mundial, demonstrando a participação ativa de setores conservadores da sociedade e do uso dos grupos de extrema direita para utilização da força e ações coercivas e repressivas dos aparelhos do Estado. O trabalho também mostra o processo de consolidação do fascismo na França e do alinhamento político com o nazismo e suas práticas segregacionistas, como o colaboracionismo do Governo Provisório de Vichy, na perseguição, expropriação e deportação de judeus para os campos de extermínio na Alemanha Nazista.

Palavras-chave: Ação Francesa - Governo de Vichy – Fascismo – II Guerra Mundial – Holocausto.

The influence of the authoritarian thinking of the Action Française in the provisional government of Vichy

Abstract: The present article discusses the influence of authoritarian thinking of Action Française in government of Marshal Philippe Pétain during World War II, demonstrating the active participation of conservative sectors of society and the use of far-right groups for use of force and coercive actions and repressive apparatus of the state. The work also shows the consolidation process of fascism in France and political alignment with Nazism and its segregationist practices such as collaborating of the Provisional Government of Vichy, in the persecution, expropriation and deportation of Jews to extermination camps in Nazi Germany.

Keywords: Action Française – Government of Vichy - Fascism – World War II - Holocaust.

Artigo recebido em 05/07/2015 e aprovado em 08/07/2015

O surgimento da Ação Francesa

O movimento Ação Francesa foi fundado em 1899 por Maurice Pujo e Henri Vaugeois, ambos militantes de diferentes movimentos nacionalistas. Em seu início foi

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

criado um jornal chamado *Revue de L'action Française*^{III}, segundo Remond^{IV} o jornal tinha caráter nacionalista e antisemita, característica influenciada pelo Boulangismo. Uma de suas principais tarefas era combater os intelectuais da extrema esquerda e o desenvolvimento das propostas socialistas na França.^V A AF, enquanto movimento político no final do século XIX, era bastante limitado, não possuía muita representatividade, sua revista só ganharia mais corpo com a entrada de Charles Maurras, que se tornou o principal intelectual do grupo. Sobre a influência de Maurras, a AF se tornaria um movimento preparado para um assalto aos valores da democracia e todas as instituições que representassem a 3ª República.^{VI}

O movimento com a influência de Maurras, iria se tornar monarquista, contra revolucionário, anti democrático, ultra nacionalista e católico ortodoxo. Esse novo *corpus* ideológico sustentava o fim dos valores democráticos e das instituições pertencentes a 3ª República. Na compreensão do grupo, a forma como a 3ª República era conduzida, ameaçava os valores culturais franceses e os interesses da nação. Seu objetivo maior era substituir os princípios universais, liberdade, igualdade e fraternidade por seu slogan, “trabalho, família e pátria”.^{VII}

Segundo o historiador René Rémond, o surgimento do nacionalismo no século XIX na França em união ao pensamento autoritário é responsabilidade da Ação Francesa, principalmente pela contribuição de Maurras^{VIII}. Para Michel Winock, Charles Maurras era uma espécie de príncipe do nacionalismo, da autoridade, da antidemocracia, da xenofobia do sentimento de decadência. Nessa ótica, o caso Dreyfus forneceria um “príncipe ao nacionalismo”. Essas são as palavras com as quais Winock define o status de Charles Maurras, reconhecendo que ele havia deixado sua marca por muitas décadas no meio intelectual europeu e no mundo todo.

Em seus primeiros anos, a Ação Francesa, além da divulgação da revista, procurou formar grupos de estudos para tentar expandir suas ideias, sua intenção era difundir sua ideologia por todo território nacional. Além de grupos de estudos, a Ação Francesa procurou criar em 1905 uma entidade para angariar fundos para fazer conferências e sustentar parte da produção da revista e também criou um instituto chamado Instituto da Ação em 1906. Neste projeto de desenvolvimento a Ação Francesa também substituiu a revista *L'action Française* em um jornal de circulação diária, criando também uma ala do movimento juvenil, parte dela era utilizada como serviço de segurança – pequenos grupos paramilitares- e outro que ficaria encarregado da distribuição e venda dos jornais nas ruas.

No processo de desenvolvimento ideológico da Ação Francesa, Charles Maurras se colocou como principal articulador e criador dos pressupostos políticos do grupo, o movimento pautava a restauração da monarquia na França, como se o retorno da nobreza ao poder fosse primordial para que o Estado alcançasse sucesso e desenvolvimento econômico^{IX}. Maurras acreditava no poder político da nobreza como algo “divino”, como se o retorno da centralização do poder, principalmente pela família real, era uma forma de colocar o país nos trilhos do desenvolvimento, ele acreditava que o destaque político e econômico da França seria pelo motivo que historicamente a nobreza que teria sido responsável pela formação da França enquanto nação moderna, no desenvolvimento de uma cultura “refinada” e sofisticada. Os líderes da Ação Francesa, acreditavam que o retorno do poder a monarquia acabaria com a corrupção instaurada na III República, acreditando que a centralização do poder não deixava lacunas para que políticos utilizassem a máquina administrativa do Estado em benefício próprio.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

Embora Maurras fosse agnóstico, a Ação Francesa apresentava um caráter religioso fundamentalista, pautada no catolicismo. Uma das principais críticas da Ação Francesa à República, seria a constituição de um Estado laico, a partir das leis protocoladas em 1905, que garantiam a separação entre Estado e Igreja. A Ação Francesa, em seu jornal diário rebatia com duras críticas aos políticos, pois acreditava ser fundamental a restauração do Catolicismo Romano como religião fundamental do Estado^X. Em seu projeto político a Ação Francesa, pretendia através de um golpe autoritário, que seria um processo de transição até que fosse possível restaurar uma monarquia federal, com a restauração das leis pré-revolução francesa^{XI}.

Além de considerar a III República um fracasso, a Ação Francesa também escolheu alguns grupos, políticos, étnicos e religiosos para ampliar seu foco de crítica. Chamado por Maurras como o grupo “anti-França”, os *Les quatre états confédérés*, eram considerados os inimigos internos do país: no primeiro grupo tínhamos os problemas de rivalidade religiosa, segundo Maurras tanto os judeus como os protestantes desempenhavam papéis sociais que atrapalhavam a condução da nação^{XII}. Os judeus segundo Maurras por sua forma segregacionista, elitista e por julgar que eles possuíam muita influência política e detinham forte poder econômico no país, dinheiro esse que não havia retorno público para os franceses. Outro motivo que Maurras atrelava a comunidade judaica, era sua posição antipatriota e atrelada a doutrinas socialistas^{XIII}. Os protestantes segundo os líderes da Ação Francesa, parte deles dariam suporte ao desenvolvimento do socialismo na França e os outros seriam entreguistas a favor da III República, outro fator importante a ser relevado é o fato dos protestantes franceses terem se oposto ao governo de Vichy e ter colaborado com a resistência francesa e ter ajudado a esconder judeus dos nazistas na França. Outro grupo que assim como os judeus, era condenado pela Ação Francesa era a Maçonaria, por julgar que ela representava um poder paralelo que teria forças para direcionar a economia, a política interna e por dominar parte dos políticos corruptos franceses em favor dos maçons, além da responsabilidade da maçonaria na Revolução Francesa, por continuarem com o posicionamento contrário a monarquia^{XIV}.

Nos anos que precederam a 2ª Guerra Mundial, a Ação Francesa se tornou parte importante do cenário político, em primeiro lugar por procurar fazer alianças com movimentos autoritários que iam se estabelecendo na Europa, a primeira aliança do grupo foi com o movimento fascista italiano, apoiando Pierre Laval a se aproximar de Benito Mussolini^{XV}. Nesse mesmo sentido a Ação Francesa apoiou o general Franco durante a guerra civil espanhola, proclamando em diversos artigos amplo apoio ao ditador. Em contrapartida a Ação Francesa se recusava a apoiar o nacional-socialismo alemão, fruto da rivalidade existente entre alemães e franceses^{XVI}.

Após a queda da França diante da Alemanha, Maurras e a Ação Francesa prontamente se colocaram a apoiar o regime de Vichy, a maioria dos seus membros ingressaram no governo e colaboraram com a Revolução Nacional. Para Maurras o governo autoritário do Marechal Pétain seria um processo de transição até o retorno da monarquia. Segundo Remond, em primeiro momento os membros da Ação Francesa apoiaram o governo do Marechal Pétain, porém quando viram que o governo seria tutelado pelas forças alemãs, alguns grupos romperam com o movimento e se aliaram aos grupos da resistência francesa, até mesmo Maurras se opunha a participação alemã no governo de Vichy, porém ele acreditava que com o fim da guerra, a revolução nacional permitiria a restauração da monarquia, portanto ele aguentaria essa associação temporariamente^{XVII}.

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

Conceito de autoritarismo

O conceito de autoritarismo muitas vezes é impregado de maneira incorreta em determinados recortes historiográficos. No Brasil alguns pesquisadores se debruçaram sobre o estudo do autoritarismo e também realizaram pesquisas sobre ideologias da suposta ideologia autoritária no país. Na década de 1970, Wanderley Guilherme dos Santos, procurou definir o conceito de autoritarismo, a partir de um esforço em buscar a relação conflitante entre a existência do autoritarismo político dentro de uma lógica de economia liberal, que de certa maneira acompanhou boa parte dos governos autoritários no século XX^{XVIII}. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, um Estado é autoritário quando necessita utilizar da força como o *“um instrumento transitório, devendo ser abandonado após o alcance dos fins planejados”*^{XIX}.

Nos regimes autoritários a prática do poder acontece de forma que certo institucionalizado, exerce o poder, o faz de maneira autônoma, sem consulta às massas, eliminando o caráter democrático das escolhas políticas, por isso, no regime autoritário é necessária a centralização do poder, para que não exista oposição de ideias, visto que o objetivo autoritário é a concretização de um plano de ideias, sem que haja interferência externa ou interna. Ainda que permita que exista um pluralismo social, ou seja, que exista debates na esfera da sociedade civil, ele existe de forma limitada e controlada, para que ameace o controle político da pessoa ou da elite que detém o poder. Dessa forma as massas estão excluídas da participação popular, a não ser em casos de grandes reivindicações e manifestações, onde existe a necessidade de manter a legitimidade e a governabilidade. Diferente dos movimentos fascistas, o governo autoritário não depende das massas para exercer sua função estatal, já nos movimentos fascistas, as massas são fator fundamental do processo de conquista do poder.

O regime autoritário, por mais que prive certos grupos de intervenção social, ele se como uma prática econômica associada ao capitalismo, como um projeto de desenvolvimento do liberalismo econômico, tanto que ele se caracteriza por se um “instrumento” transitório que garanta uma futura sociedade liberal. Portanto o autoritarismo é uma ferramenta política para garantir o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento das estruturas do país, com o controle absoluto do poder, ele pode garantir através da ordem e autoridade do Estado, que uma nova fase de desenvolvimento ocorra sem que exista a necessidade de depender das normas burocráticas da democracia.

Nesse sentido, um dos teóricos do autoritarismo no Brasil, Oliveira Vianna, acreditava que o autoritarismo seria necessário para o desenvolvimento nacional, visto que para ele uma sociedade dividida em diversos extratos sociais atrapalhavam a formulação de um único projeto desenvolvimentista. Segundo Vianna era necessário em primeiramente *“Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente”*^{XX} e em posteriormente *“Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”*^{XXI}

Um dos primeiros pesquisadores a procurar conceituar o autoritarismo, visto que o termo é usado para caracterizar diferentes processos históricos, Juan Linz procurou

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

definir o conceito partindo de alguns pressupostos que poderiam trazer luz ou melhor definição do termo, pois na academia o termo autoritarismo foi impregado em processos com conjunturas diferentes e processos diferentes que receberam vários títulos, como regimes totalitários, ditaduras militares, ditaduras civil-militar, golpes de estado, revoluções comunistas, sendo o conceito de autoritarismo empregado para tratar processos diferentes. Nesse sentido Linz buscou fazer uma definição que fugiria do senso comum, portanto autoritarismo seria:

Sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis.^{XXII}

Para Linz, o autoritarismo enquanto governo, têm variações em sua estrutura e na parte organizativa, sendo preciso fazer algumas definições e organizar algumas formas de como o autoritarismo se apresenta. Segundo o autor existe no autoritarismo existem mecanismos nos regimes autoritários que definem de forma melhor sua caracterização, como o uso dos aparelhos repressivos para coerção e como demonstração de força política, mas que esse poder do uso da força é limitado, visto que os regimes autoritários geralmente não têm seu governo reconhecidamente legítimo, portanto por seu um período de “transição” seu uso tem que ser controlado.

Nesse mesmo sentido, segundo Stoppino define que o termo autoritarismo poderia ser utilizado em três contextos: o primeiro seria referente ao autoritarismo inserido nas estruturas do sistema político. Em segundo quando o autoritarismo se apresenta enquanto ideologia política de determinado partido ou movimento político e em terceiro lugar quando o termo se apresenta em características psicológica de determinado regime. No primeiro caso, Stoppino define o autoritarismo em sistemas políticos:

os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas.^{XXIII}

A segunda definição caracterizada por stoppino, é a questão da obediência e o colaboracionismo dos indivíduos que compõem os movimentos autoritários, que formam as bases que dão sustentação ao governo autoritário. Pois parte dessa base do partido, seguiria as ordens dos superiores como uma hierarquia militar, supostamente seguindo as ordens de forma cega. A última tipologia trata por Stoppino, seria a ideologia política que nega a igualdade entre os diferentes grupos na sociedade civil, e estipula uma pirâmide hierárquica, sufocando a “luta” de classes e agindo de maneira a neutralizar os conflitos de classe no sistema capitalista.

O Governo de Vichy

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, após Inglaterra e França declararem guerra à Alemanha nazista, para conter o avanço expansionista do III Reich,

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

que anteriormente já havia anexado a Áustria, a Tchecoslováquia (atualmente República Tcheca e Eslováquia) e a Hungria. Até esse período França e Inglaterra permaneceram neutros a expansão do território alemão, porém a invasão da Polônia ligou o sinal de alerta para as potências aliadas conterem os planos expansionistas alemães. Na primavera de 1940, a Alemanha seguiu sua guerra expansionista, conseguindo derrotar Noruega, Dinamarca, Holanda (Países Baixos) e a Bélgica. Depois de sucessivos ataques e invasões a outras nações, em 1940 a França é invadida com extrema facilidade pelo exército alemão. Este episódio da História da França para Marc Bloch, é considerado por muitos franceses como um dos piores períodos da história contemporânea do seu país^{XXIV}. Para muitos historiadores a derrota francesa é alvo de debate e cheio de controvérsias: muitos creditam a derrota francesa à falta de capacidade de comando das lideranças políticas e do alto escalão do exército^{XXV}. Outros acreditam que a “facilidade” com que o exército alemão derrotou as tropas francesas, foi resultado de uma certa simpatia de certos grupos políticos e militares pelo regime nazista, dessa forma a ocupação era vista com bons olhos.

Concluída a invasão alemã, o território francês foi ocupado em diferentes zonas, a parte sul se tornou uma zona livre, o norte ficou sendo administrado pelos alemães incluindo a capital Paris. O governo provisório ocupou a zona livre^{XXVI} abaixo da cidade de Vichy, se tornando nova sede do governo.^{XXVII} Com a derrota da França para os alemães e grande faixa do país ocupado pelas tropas alemãs, se tornava necessário um debate entre os políticos franceses sobre quais as melhores formas de se lidar com ocupação. Sendo de grande preocupação, quais seriam as melhores saídas, quais as formas e acordos necessários para que a população francesa não sofresse com a repressão e o abuso de poder dos soldados nazistas.^{XXVIII}

A Alemanha governaria a França através de um representante militar. Esse representante possuiria liberdade para controlar a política e a economia do país. Em geral a única exigência do governo alemão para as autoridades francesas era que o representante do governo provisório mantivesse a ordem e a estabilidade. O Marechal Petain, durante o tempo que permaneceu como autoridade central do governo colaboracionista, controlava todas as regiões ocupadas na França, com ajuda de um grande aparato repressivo militar e com uma grande máquina de propaganda. Isso era considerado importante pelos alemães, principalmente pelo embaixador responsável pela tutela da França, Otto Abetz.^{XXIX}

No início da ocupação, os diversos partidos discutiam propostas, formas de governo e práticas políticas que fossem viáveis dentro de uma possível submissão à Alemanha. Nesse momento de fragilidade e instabilidade política, os grupos de extrema direita se aproveitaram para construir um projeto chamado de “Revolução Nacional”, um projeto com caráter reacionário, antiparlamentarista, antiliberal e nacionalista autoritário.^{XXX}

Em 1940 o marechal do exército francês Philippe Pétain, considerado herói da 1ª Guerra Mundial, pela “Batalha de Verdun”, assumiu o governo provisório. Sua subida ao centro do poder contou com a aprovação de grande parte dos políticos do país, até mesmo dos representantes dos partidos sociais democratas e dos socialistas.^{XXXI} Em primeiro momento, Pétain se apresentou como salvador, apaziguador, dizendo ter capacidade e influência suficiente para solucionar os problemas da ocupação alemã. Em um acordo com as lideranças do partido nazista que eram responsáveis pelo regime e pela tutela do país, Pétain se aproveitou do momento de instabilidade em que seu país atravessava e concordou em colaborar com o regime nazista para assumir o poder,

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

mesmo sabendo que para isso teria que seguir a linha repressiva do nazismo e colaborar com a perseguição aos judeus. Para Petain a 3ª República estava condenada ao fracasso, então ele buscou instaurar um regime fascista, com características parecidas, nos moldes do 3º Reich.^{XXXII}

Existe um longo debate entre os historiadores franceses sobre a forma em que existiu o governo de Pétain. Existem debates dentro da academia francesa sobre o posicionamento político do período da ocupação alemã, para alguns como René Rémond, o governo de Vichy poderia ser considerado um regime autoritário^{XXXIII}. Para Robert Paxton, o governo colaboracionista foi de cunho conservador-repressivo que diante das questões políticas com a Alemanha, teve que ter pulsos firmes em certas circunstâncias de tensões na sociedade civil. Esse processo histórico da França até hoje é palco de extremo debate e ainda considerado tabu pelos pesquisadores franceses, por existir todo um processo de luta, de embates pela memória do período, por parte daqueles que participaram da resistência francesa, dos colaboradores e carrascos, da população que vivenciou o processo de ocupação. Quer dizer, existe um campo de disputas em aberto, que envolve processos de revidionismo e embate para construção de uma nova memória, que procura romper com a história oficial.

Em 24 de outubro de 1940, o acordo de colaboração entre Marshal Pétain e Hitler foi concretizado. O Parlamento Francês abriu as portas para que fosse instaurado um governo profundamente anti-democrático. Basta dizer que seu governo foi marcado por uma série de eventos desastrosos, como assassinatos, torturas, perseguição e deportação de comunistas, socialistas, opositores e judeus para os campos de extermínio.^{XXXIV}

O governo de Petain não poderia ter funcionado sozinho ou apenas o acordo com o governo alemão não garantiria tranquilidade e aceitação da população local. Para que fosse possível exercer o domínio da situação e ter governabilidade, Petain buscou aliados políticos que fossem simpatizantes de um governo radical, ultraconservador, do fascismo, pois não poderia buscar apoio em grupos que não apoiariam a política repressiva do estado. Os apoiadores do regime de Vichy, estavam totalmente convencidos das eficácia dos métodos do nazismo alemão, a propaganda partidária (produção do consenso), a repressão da população (coerção), o Estado controlado apenas por um partido e o culto ao grande líder. Dessa forma, os colaboracionistas acreditavam em uma nova ordem mundial controlada pelo fascismo, sendo seu maior modelo a Alemanha nazista. Um dos principais colaboradores do regime de Vichy e grande aliado do Marechal Petain foi Pierre Laval, que chegou a ocupar o cargo de primeiro ministro no país (1942–1944). Laval era um militante da extrema direita francesa, simpatizante do nazismo. Ele atuou como o principal interlocutor, sendo intermediário nas relações políticas entre Vichy e Berlim.

Sendo assim o governo provisório sob as lideranças de Petain e Laval, não se importaram em atuarem como cúmplices de Adolf Hitler, mesmo que para isso fosse necessário aumentar o nível da repressão e a perseguição sistemática dos cidadãos franceses, dos comunistas, dos socialistas e dos judeus-franceses.^{XXXV} O governo de Vichy pode ser caracterizado ideologicamente como reacionário, autoritário, ultranacionalista, pelo repúdio ao liberalismo econômico, a democracia e o racionalismo.

A constituição de 10 de julho de 1940 definida em reunião dos políticos em Vichy, em uma votação dos deputados e senadores, concedeu plenos poderes para Pétain, que colocou fim a 3ª República, criando o novo Estado francês. No dia seguinte

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

à Assembleia, Pétain suspendeu a câmara dos deputados e dos senadores, depôs o presidente em exercício Albert Lebrun, abolindo o cargo de presidente.^{XXXVI} Como novo chefe de Estado, Pétain se intitulou como chefe supremo, unificando os poderes executivos e legislativos. Tal manobra possibilitou tamanha autoridade que o novo chefe do estado teria liberdade para poder nomear ou demitir membros do governo, proclamar e implantar leis sem precisar passar por votação, possuindo também controle total da economia e da política fiscal. Além do controle total da política, o Marechal Pétain conseguiu ter o apoio das forças militares e controlar todo aparato repressivo, sendo o detentor do poder militar e das forças policiais.^{XXXVII}

O novo governo ficou conhecido por “Revolução Nacional”, dada a influência da Ação Francesa no processo de transformação do governo, a ideologia proposta por Barrès e Maurras do estado nacionalista. A ideia de estado da Ação Francesa, desenvolvida no final do século XIX e início do XX, foi construída no princípio fundamental do nacionalismo, o desenvolvimento nacional acima de tudo. Na compreensão de Maurras, a França por muito tempo teve que suportar as pressões externas para o desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo econômico, sendo deixado de lado pelos políticos republicanos, o desenvolvimento do que ele chamava de *Moi National*, o conceito do “Eu Nacional”, que defendia o desenvolvimento do ser social, focado apenas no bem estar da nação, um francês dedicado integralmente com a causa de seu país, uma sociedade homogênea, livre das influências exteriores.^{XXXVIII}

O governo de Vichy influenciado pela presença da Ação Francesa, principalmente por Charles Maurras, iniciou uma caçada aos inimigos internos, aqueles sujeitos que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da Revolução Nacional. Alinhado com o pensamento nacional-socialista e com o controle total do poder, Pétain utilizou do aparato repressivo do Estado para perseguir sistematicamente as minorias, entre eles os judeus, comunistas, estrangeiros e imigrantes, acusados de ações antipatrióticas.^{XXXIX}

A Revolução Nacional se apresentava como antiliberal, devolvendo ao Estado o poder de controlar a economia, regulamentar as importações, exportações e impostos. O governo colaboracionista discursava sobre o retorno da França “gloriosa”, demonstrando apreço ao trabalho manual, o labor no campo e a agricultura familiar como algo virtuoso, ressaltando os valores das mulheres francesas, a ideia utópica de patrões e trabalhadores trabalhando em conjunto, cada um sabendo se posicionar e se conformar com seu lugar dentro da sociedade, ideias parecidas difundidas pelo nacional-socialismo na Alemanha. Esse discurso de harmonia, de submissão a uma estrutura hierarquizada, de aceitar as condições sociais determinantes como algo insuperável é a mais evidente preocupação em sufocar a luta de classes^{XL}. A recusa à proposta liberal não significava romper com o capitalismo, ele não deixou de manter a estrutura capitalista do Estado e financiamento das elites. Assim como na Alemanha, o Marechal Pétain disponibilizaria para as indústrias prisioneiros para o trabalho forçado.^{XLI}

Um dos pontos que caracteriza o governo de Vichy enquanto fascista e o que é importante para nossa avaliação, visto que muitos dos colaboracionistas do regime iriam participar de outros movimentos fascistas após a guerra, são as permanências de algumas características que continuaram vivas nos movimentos radicais na França, como o antissemitismo, anticomunismo e a xenofobia. O antissemitismo talvez seja o que tenha surtido maior efeito durante o regime de Pétain: durante seu governo mais de 70 mil judeus foram deportados para Alemanha e enviados para os campos de concentração^{XLII}. O antissemitismo se tornou forte na França durante a ocupação alemã,

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

pois vários dos membros do governo eram antissemitas declarados, o que ajudou o desenvolvimento de uma política de perseguição à comunidade judaica.

Durante o governo provisório, segundo o historiador Julian Jackson^{XLIII}, o problema judaico foi um dos primeiros problemas encontrados pelos colaboracionistas. Logo após a ascensão de Pétain, os ministros do governo Ménétreel e Alibert começaram a pensar uma legislação contra a comunidade judaica. Em 3 de outubro de 1940 foi criado o Estatuto do Judeu, por Alibert e Petain. O estatuto criado regulamentava a questão judaica na França, limitando o campo de atuação profissional, a expropriação de bens, a remoção das famílias judias para as zonas não ocupadas. O primeiro "Estatuto Judaico" foi rapidamente seguido por um acontecimento que teve profundo impacto sobre os judeus argelinos. Em 7 de outubro de 1940, o governo francês aboliu o "Decreto Crémieux", anulando a cidadania francesa dos judeus e excluindo todas as possibilidades de recuperá-la. A abolição do "Decreto Crémieux" revogou também a cidadania dos judeus argelinos que, desde o início da ocupação francesa da Argélia em 1830, haviam migrado para a França, e que em 1939, quase setenta anos depois, formavam pequenas comunidades judaicas oriundas do norte da África nas cidades de Paris, Marselha, e Lyon. Embora o "Decreto Crémieux" tenha revogado a cidadania dos judeus argelinos, não fez o mesmo aos judeus de origem europeia, que viviam na França. Como viviam em solo sob controle francês, os judeus que viviam na Argélia e nas colônias não foram deportados para os campos nazistas, mas os judeus de origem norte-africana que moravam na área da Metrópole Francesa tornaram-se vítimas do Holocausto.^{XLIV}

Nos meses seguintes foram criadas 26 leis e 24 decretos contra os judeus. Um novo "Estatuto Judaico" em 2 de junho de 1941, ampliou o escopo das leis antissemitas já existentes. Na tentativa de excluir os judeus que viviam nas colônias francesas da vida econômica e profissional da região, as autoridades de Vichy proibiram que os judeus exercessem quaisquer ocupações na área financeira, e isto não incluía apenas bancos e bolsa de valores, mas também os jogos de azar. Foram canceladas as autorizações para que eles pudessem fazer ou tomar empréstimos, bem como para participar do comércio de grãos, gado e madeira. Os judeus também não mais podiam possuir, dirigir ou gerenciar negócios, e aqueles que trabalhavam na mídia foram demitidos. O novo estatuto do judeu era muito mais agressivo e repressivo. Ainda no mesmo ano seria criada uma nova "Comissão Geral sobre Questões Judaicas", sob a autoridade de Xavier Vallat, com a finalidade de implementar e reforçar as leis antissemitas do regime colaboracionista de Vichy.^{XLV}

Entre os anos de 1939 e 1942 foram criados 35 campos de concentração no território francês. Eles eram usados para aprisionar refugiados espanhóis da Guerra Civil, judeus espanhóis, prisioneiros de guerra, militantes de esquerda considerados subversivos, judeus franceses e judeus imigrantes, alemães, comunistas, ciganos, deficientes físicos e qualquer pessoa que apresentasse risco para o Estado. No Norte do continente africano, nas áreas que correspondiam a colônias francesas, também foram criados campos de concentração para aprisionar os judeus argelinos e opositores do governo de Vichy.^{XLVI}

Existia toda uma estrutura de estradas ferroviárias que ligavam os campos à cidade de Paris para os campos de concentrações alemães: isso demonstra claramente o consentimento do Estado na deportação de judeus para os campos de extermínio. E podemos perceber todo um investimento e financiamento do Estado e de alguns setores da burguesia para construção dessa estrutura.^{XLVII}

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

No âmbito profissional, limitaram o número de judeus que podiam atuar como advogados, médicos, dentistas, parteiras, notários, e arquitetos a apenas 2% do total de profissionais licenciados para tais profissões. Os professores israelitas já haviam sido proibidos de lecionar, salvo nas escolas judaicas, e esta nova legislação afetou também os alunos, pois não mais permitia que judeus estudassem em escolas e universidades públicas. As restrições tiveram um enorme impacto sobre os judeus porque eles pertenciam, em grande número, às classes profissionais, onde sua participação era alta. Dispostos a eliminar a concorrência judaica, estas organizações expulsaram os judeus membros das mesmas e também demitiram os empregados de origem judaica. Nos demais protetorados franceses, de forma geral, a integração dos judeus à sociedade não era grande, e assim as restrições profissionais, econômicas e educacionais.^{XLVIII}

O regime de Vichy também tentou "arianizar" todas as propriedades pertencentes aos judeus. Em julho de 1941, foi criada uma lei que ordenava o confisco de todos seus bens imóveis, exceto suas moradias. As autoridades de Vichy repassaram o comércio de propriedade de israelitas a "fiduciários", os quais podiam receber todos os lucros gerados pelas transações comerciais delas advindas.^{XLIX} No entanto, embora a lei ordenasse que os fiduciários devessem vender os negócios sob seu controle a "colonizadores adequados", muito frequentemente, eles adiavam tal passo para poder continuar a auferir lucros dos recursos que estavam em suas mãos. Devido a esta ganância, quando os Aliados desembarcaram no norte da África, após derrotar os colonizadores franceses, muitos estabelecimentos de propriedade de judeus ainda não haviam sido vendidos, podendo assim retornar às mãos de seus legítimos donos. As autoridades de Vichy administraram as campanhas de "arianização" de forma diferente em cada colônia; na Argélia, por exemplo, ela foi implantada de maneira mais sistemática, sob o comando do recém-criado "Departamento de Arianização Econômica".^L

O antissemitismo do governo de Vichy segundo, o Peter Davies^{LI}, deve ser analisado sobre vários prismas. O primeiro ponto que deve ser levado em questão é o acordo assinado entre o governo Francês e Alemão, pois quando Pétain assumiu a administração do governo, ficou acordado que ele deveria repatriar todos os judeus alemães que haviam fugido para a França, como refugiados na década de 1930, tarefa que coube a Laval executar de forma implacável. Em segundo lugar, podemos considerar a cruzada antissemita de Vichy, como uma coalizão de forças da extrema direita, pois temos diversos grupos compondo o governo provisório, entre eles a Ação Francesa de Charles Maurras, o partido fascista na França *Parti Populaire Français*^{LII} liderado por Jacques Doriot, membros da igreja católica e as ligas paramilitares^{LIII}.

Dentro desse panorama, é preciso pensar a política, como um campo de disputa travado durante a ocupação alemã, entre os diferentes setores para impor seu projeto hegemônico. Ainda que o governo de Vichy tivesse algumas limitações, devido a tutela alemã, era possível para os grupos dominantes lutar pelos seus interesses. Por ser um campo em disputa, temos que pensar nos diferentes projetos que englobavam o cenário político. Sendo assim, no que diz respeito a questão judaica, não podemos afirmar que todos os grupos ou membros do governo provisório necessariamente eram antissemitas, fascistas; temos que entender que o projeto desenvolvido durante a ocupação não parte de um pensamento homogêneo, que existiam projetos políticos sendo disputados, cada um procurando exercer maior influência, ter maior controle de cargos e ministérios. Todavia isso não isenta esses grupos das suas responsabilidades, do colaboracionismo,

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO
PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

do uso do terror e cumplicidade com o envio dos judeus para os campos de concentração.

Para Nicos Poulantzas^{LIV}, o desenvolvimento da política durante o governo fascista, como em nosso caso específico o Regime de Vichy, a tomada do poder ocorre em três etapas^{LV}. A primeira etapa é o período que antecede a tomada do poder, é o início do processo histórico, quando as coisas ainda se encaminham para o ponto irreversível. Nesse recorte o primeiro estágio corresponde a derrota militar e política da França em 1940, conforme ocorrido em outros países invadidos, a Alemanha elaborou projetos fascistas para serem aplicados nesses países conquistados e entregou o poder para grupos locais que fossem simpáticos a ideologia. Tomemos como exemplo os casos da Noruega, Polônia, Letônia e Áustria, que após serem conquistadas e anexada (o caso da Áustria), formaram governos fascistas e apoiaram as políticas de extermínio do Nazismo.^{LVI} Nessa primeira etapa de concretização do fascismo para Poulantzas, nada mais é que uma formalidade de algo já consumado, *“esta chegada ao poder surge como um simples e último acto formal, só intervindo quando as coisas essenciais já estão jogadas e decididas: Como uma confirmação de uma vitória já adquirida, em suma”*.^{LVII}

A tomada do poder por Pétain e conseqüentemente suas ações no comando do Estado, exemplifica o que Poulantzas aponta como prática política do fascismo em seu período de consolidação, sendo essa a segunda etapa do fascismo,

o primeiro período do Fascismo no poder: período caracterizado por uma instabilidade e uma ambigüidade particulares, por causa do carácter de origem de classe, muito complexo, do fascismo, isto é: por causa do carácter muito ambíguo do apoio popular de que beneficia no momento da sua chegada ao poder. É o período em que o fascismo está ainda fortemente marcado pelos seus começos, vendo-se obrigado, na maioria das vezes, a tomar medidas de compromisso, próprias para alimentar numerosas ilusões.^{LVIII}

E a terceira etapa do fascismo, que pode ser compreendida conforme Poulantzas, a fase da estabilização, que corresponde ao período em que o grupo no governo não precisa mais manter seus compromissos com todos os setores da sociedade, ele pode abandonar os grupos mais fracos e priorizar o desenvolvimento do capitalismo e o financiamento da burguesia. Uma outra modificação no fascismo após a consolidação do poder é a exclusão de alguns grupos que formam o governo, limitando o poder cada vez mais para grupos exclusivos. Conforme Pétain aprofunda seu domínio, ele procura expulsar possíveis concorrentes, um dos casos que podemos citar é o afastamento de Pierre Laval, por ser considerado um homem forte e com laços estreitos com o governo alemão, dessa forma ele foi afastado por um período do governo, por temer que ele poderia ser substituído por Laval. Para Poulantzas essa terceira etapa do fascismo é compreendida pela fase de estabilização,

O período de estabilização do fascismo, ele próprio efectuado em várias etapas. Período que começa pela depuração, feita pelo fascismo, das suas origens de classe ou, pelo menos, da ambigüidade dos seus inícios - o que se manifesta, aliás, em depurações maciças e sangrentas nas suas próprias fileiras: desta forma ele se desmascara-se e passa a desempenhar plena e directamente às suas funções de classe. Se não é verdade que, como afirmava Trotsky, o fascismo degenera, durante este período, numa - vulgar ditadura militar - pois não deixa, em momento algum, de apresentar as

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

características que o distinguem -, não deixa de ser verdade que ele se vê assim livre, dê forma brutal, de uma parte da carga de classe que sobre si pesa, inaugurando. O período da sua estabilização.^{LIX}

Após conseguir se estabelecer enquanto governante, Pétain acreditou que poderia se livrar de alguns membros do governo, por considerar alguns políticos como futuros adversários em uma possível substituição no comando do Estado pelas forças alemãs. E um dos candidatos escolhidos a deixar o governo foi justamente um de seus principais apoiadores, Pierre Laval^{LX}. Ele foi um dos políticos que mais militou e defendeu obstinadamente no parlamento a entrega de plenos poderes a Pétain em 10 de julho de 1940. Mesmo sua devoção à Pétain, não garantiu seu cargo como vice presidente, o Marechal Pétain o demite em 13 de dezembro de 1940, por medo de sua ascensão política e a forte influência exercida nos grupos de extrema direita^{LXI}.

Após ser demitido do cargo, Laval é preso, ato que deixou a cúpula nazista furiosa, pois ele era o principal mediador entre o governo francês e o alemão. Sua boa relação com o embaixador alemão Otto Abetz, garantiu sua liberdade do cárcere dias depois de ser preso, por ordens do próprio Adolf Hitler. Esse ato por parte do Pétain, gerou um processo de saturação na relação entre os dois países.^{LXII}

Embora afastado do poder, Laval havia se tornado ainda mais influente e dessa vez amparado pelo III Reich, que interferiu rapidamente para lhe tirar da prisão. Tal demonstração de força serviu para consolidar sua posição enquanto representante da Revolução Nacional e do seu caráter de liderança. Em uma demonstração de fidelidade Laval criou um contingente da Legião de Voluntários Franceses, soldados para combater ao lado dos alemães na invasão da Rússia em 1942.^{LXIII}

Em abril de abril de 1942 os alemães obrigaram Pétain a nomear Laval como chefe de estado lhe concedendo o controle do governo com poderes quase ilimitados. A Alemanha queria uma administração de governo que estivesse alinhada com o III Reich e para eles Laval era o homem certo para ocupar esse cargo.^{LXIV}

Em 1942 Pierre Laval assumiu o cargo de Chefe do governo, isolando Pétain do governo, o relegando a um representativo, mas com pouco poder. O novo homem forte de Vichy assume a direção do governo, e os ministérios da Informação, das Relações Exteriores e do Interior.^{LXV} O governo de Laval aumentou consideravelmente o nível de repressão a população francesa e comandou a perseguição aos membros da resistência, considerados os grandes inimigos internos. O importante do período para nossa análise é o estreitamento do fascismo com as elites burguesas alemãs, diferente do governo de Pétain, que se preocupou em beneficiar a elite francesa, Laval foi de grande importância para a fabricação de armas e mantimentos para o exército alemão.^{LXVI}

Durante seu governo Laval tentou tomar algumas posições em defesa dos cidadãos franceses, ele procurou fazer concessões com o governo alemão, tentando conseguir a libertação dos seus compatriotas que se encontravam enquanto prisioneiros de guerra. Em troca da liberdade dos seus soldados ele enviaria trabalhadores voluntários para a Alemanha. Em poucos meses de governo Laval requisitou que 250 mil trabalhadores franceses fossem recrutados e enviados para fábricas alemãs^{LXVII}. Para legitimar suas ações Laval promulgou uma Lei em 4 de setembro, que obrigava homens entre 18 a 50 anos e mulheres dos 21 a 35 anos a trabalhar para o governo, sob pena de prisão aqueles que se recusassem.^{LXVIII}

Cada vez mais pressionado pelo governo alemão, que sofria com a batalha em diversos fronts, Laval nomeia para seu governo, em dezembro de 1943, Joseph Darnand,

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

chefe da Milícia, grupo paramilitar pró-nazi, como secretário geral da Manutenção da Ordem, para poder liberar os soldados alemães em território francês para combater em outros lugares. Com a guerra se alastrando por diferentes fronts e a chegada das tropas aliadas a França, Laval foge com os alemães para a Espanha, mas acaba sendo entregue as novas autoridades francesas e é condenado a morte.^{LXIX}

Considerações Finais

Em uma análise geral podemos visualizar a influência que do pensamento conservador da Ação Francesa na Revolução Nacional, alguns aspectos como o antissemitismo, governo autoritário, a perseguição aos maçons e comunistas, que faziam parte da cartilha ideológica de Charles Maurras e seus seguidores. As bases da propaganda da Revolução Nacional “trabalho, família e pátria”, tinha influência direta do pensamento de Charles Maurras, as principais características do pensamento da Ação Francesa, ficam evidentes no governo de Vichy, tais como as ideias de caráter reacionário, antiliberal, ultranacionalista e extremamente religioso. A defesa do que se acreditava ser os valores culturais franceses e dos cidadãos de bem, caracterizando o judaísmo como ameaça constante da nação e o socialismo como arma sionista para desestabilização nacional.

Sobre os governos que existiram durante a ocupação alemã podemos destacar algumas diferenças entre o governo durante o comando do Marechal Phillipe Pétain e o governo de seu sucessor Pierre Laval. Embora ambos os governos tenham muito mais semelhanças que diferenças, podemos afirmar que ambos serviram como laboratório para o desenvolvimento de um governo autoritário de inspirações fascistas. A repressão à população, a perseguição e assassinato de membros da resistência francesa, o desenvolvimento de uma política de segregação racial e a participação direta no Holocausto, criando campos de concentração e colaborando com o envio de judeus para os campos de extermínio.

^I Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, na linha de pesquisa Sociedade, Urbanização e Imigração, orientado por Leandro Pereira Gonçalves. Bolsista CNPq. E-mail guilherme_andrade@hotmail.com

^{II} Mestrando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, na linha de pesquisa Sociedade, Política e Relações Internacionais, orientado por Marçal de Menezes Paredes. Bolsista CNPq. E-mail: rafael.botton@gmail.com.

^{III} Revista da ação francesa.

^{IV} RÉMOND, R. *Action française*. In Lawrence D. Kritzman (editor). *The Columbia History of Twentieth-Century French Thought*. New York: Columbia University Press, 2006, p. 8.

^V Idem, p. 9.

^{VI} SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007. p.16.

^{VII} Idem, pg.22

^{VIII} RÉMOND, René. *Les droites en France*. Paris: Aubier, 1982, p.154.

^{IX} MILZA, Pierre. *Fascisme français: passé et présent*. Paris, Flammarion, 1987, p. 68.

^X RÉMOND, René. *Les droites en France*. Paris: Aubier, 1982, p.203.

^{XI} MILZA, Pierre. *Fascisme français: passé et présent*. Paris, Flammarion, 1987, p. 69.

^{XII} Idem, p. 70.

^{XIII} WINOCK, Michel. *Histoire de l'extrême-droite en France*. Paris, Éditions du Seuil, 1994.

^{XIV} PAXTON, Robert. *La France de Vichy*. Paris: Seuil, 1973, p. 244.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO
PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

- ^{XV} RÉMOND, René. *Les droites en France*. Paris: Aubier, 1982, p.210.
- ^{XVI} PAXTON, Robert. *La France de Vichy*. Paris: Seuil, 1973, p. 246.
- ^{XVII} RÉMOND, René. *Les droites en France*. Paris: Aubier, 1982, p.220.
- ^{XVIII} SANTOS, W. G. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. Sao Paulo: Duas Cidades, 1978.
- ^{XIX} Idem.
- ^{XX} OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Populações meridionais do Brasil*. 7ªed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987, p. 275
- ^{XXI} Idem, p. 276.
- ^{XXII} LINZ, Juan. *Estudos CEBRAP*, N. 7, São Paulo, Janeiro-Março/1974, p. 67-92.
- ^{XXIII} STOPPINO, Mário. Autoritarismo (v.). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 95.
- ^{XXIV} BLOCH, M. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Pg. 36
- ^{XXV} BLOCH, M. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Pg. 36
- ^{XXVI} Mapa em anexo, no final do texto.
- ^{XXVII} HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.36
- ^{XXVIII} KEDWARD, H.R. *Occupied France: Collaboration and Resistance 1940- 1944* Blackwell, Oxford, 1989, pg.4 - 5
- ^{XXIX} Idem, pg. 6
- ^{XXX} SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007, pg.16
- ^{XXXI} Ver PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001, p. 32 e JACKSON, J. *France: The Dark Years 1940–1944*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 132–33.
- ^{XXXII} DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg.101
- ^{XXXIII} RÉMOND, René. *Action française*. In Lawrence D. Kritzman (editor). *The Columbia History of Twentieth-Century French Thought*. New York: Columbia University Press. 2006, p .15.
- ^{XXXIV} DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg.101
- ^{XXXV} HANLEY, D.L *Contemporary France - Politics and society since 1945*. New York and London, Routledge. 1979, pg.17
- ^{XXXVI} Idem, pg.17
- ^{XXXVII} Idem, pg.17
- ^{XXXVIII} DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg. 19
- ^{XXXIX} SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007. pg.22
- ^{XL} JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.149.
- ^{XLI} Idem, pg.360.
- ^{XLII} No dia 16 de Fevereiro de 2009, a Alta Corte de Justiça na França, reconheceu que o Estado Francês deportou mais de 75 mil judeus para campos de concentração, entre os anos de 1940 a 1944.
- ³⁶ Idem, pg.354.
- ^{XLIV} MARRAS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 109
- ^{XLV} Ver em PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001, pg. 130 e ver em MARRAS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 234 - 40
- ^{XLVI} JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.633.
- ^{XLVII} Idem, pg. 633.
- ^{XLVIII} ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944*. Oxford, Oxford University Press. 1989, pg. 84
- ^{XLIX} MARRUS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 114

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO
PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

-
- ^L ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944.* Oxford, Oxford University Press. 198988
- ^{LI} DAVIES, P. *France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance.* New York and London, Routledge. 2001, pg.31
- ^{LII} Partido Popular Francês
- ^{LIII} DAVIES, P. *France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance.* New York and London, Routledge. 2001, pg.32
- ^{LIV} Os trechos retirados dos livros do Nicos Poulantzas, serão mantidos em sua gramática original, visto que o livro foi traduzido no português de Portugal.
- ^{LV} POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo.* Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.73.
- ^{LVI} HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.37
- ^{LVII} POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo.* Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.74
- ^{LVIII} Idem, pg.74
- ^{LIX} POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo.* Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.74
- ^{LX} PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940-1944,* New York, Columbia University Press, 2001, pg. 83
- ^{LXI} Idem, pg.84.
- ^{LXII} JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944.* New York, Oxford University Press, 2001, pg.175
- ^{LXIII} Idem, pg. 175
- ^{LXIV} WARNER, G. *Pierre Laval and the Eclipse of France,* New York: The Macmillan Company, 1968, pg. 299
- ^{LXV} Idem, pg. 307
- ^{LXVI} Idem, pg. 311
- ^{LXVII} JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944.* New York, Oxford University Press, 2001, pg.219
- ^{LXVIII} Idem, pg.219
- ^{LXIX} MARRUS; PAXTON, *Vichy France and the Jews.* Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 217-218

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944.* Oxford, Oxford University Press. 1989.

BLOCH, M. *A Estranha Derrota.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

CAMBADÉLIS, Jean-Christophe; OSMOND, Eric. *La France blafarde. Une histoire politique de l'extrême Droite.* Paris, Plon, 1998

CHIROUX, René. *L'Extrême-droite sous la Ve République.* Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974.

DAVIES, Peter. *France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance.* New York and London, Routledge. 2001.

DAVIES, Peter. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen.* New York and London, Routledge. 2002.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO
PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

HANLEY, D.L. *Contemporary France - Politics and society since 1945*. New York and London, Routledge, 1979.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.36

JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001.

KEDWARD, H.R. *Occupied France: Collaboration and Resistance 1940- 1944* Blackwell, Oxford, 1989.

LAMOUNIER, Bolivar. *Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan J. Linz*. *Estudos CEBRAP*, N. 7, São Paulo, Janeiro-Março/1974, p. 67-92.

LINZ, Juan. *Regimes Autoritários*. In: O'DONNELL, Guilherme et al. *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARRAS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995.

MILZA, Pierre. *Fascisme français: passé et présent*. Paris, Flammarion, 1987.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Populações meridionais do Brasil*. 7ªed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987

PAXTON, Robert. *La France de Vichy*. Paris: Seuil, 1973. p.246

PAXTON, Robert. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001.

PETITFILS, Jean-Christian. *L'Extrême droite en France*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983.

POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972.

RÉMOND, René. *Les droites en France*. Paris: Aubier, 1982.

RÉMOND, René. *Action française*. In Lawrence D. Kritzman (editor). *The Columbia History of Twentieth-Century French Thought*. New York: Columbia University Press. 2006.

SANTOS, W. G. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. Sao Paulo: Duas Cidades, 1978.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO DA AÇÃO FRANCESA NO GOVERNO
PROVISÓRIO DE VICHY

GUILHERME IGNÁCIO FRANCO DE ANDRADE E RAFAEL REIGADA BOTTON

SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007.

STOPPINO, Mário. Autoritarismo (v.). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WARNER, G. *Pierre Laval and the Eclipse of France*, New York: The Macmillan Company, 1968.

WINOCK, Michel. *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*. Paris, Éditions du Seuil, 1990.

WINOCK, Michel. *Histoire de l'extrême-droite en France*. Paris, Éditions du Seuil, 1994.

WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.